

Tensões e ressonâncias: do universo das resistências no Império português

Marcello José Gomes Loureiro*

Escola Naval
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 07 maio 2024

Aprovado em: 21 ago. 2024

Aprovado em: 30 abr. 2025

Resenha avaliada internamente pela Equipe Editorial.

Resumo

Resenha de: SOARES DA CUNHA, Mafalda (Org.). *Resistências: insubmissão e revolta no Império português*. Lisboa: Casa das Letras; LeYa, 2021. 384 p.

Palavras-chave: Resenha. Resistência. Vocabulário Político. Império Português.

* Professor da Escola Naval, Centro de Ciências Sociais. Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História e Civilização pela École des Hautes Études en Sciences Sociales; Doutor e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: marcelloloureiro@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4394-340X>

 <http://lattes.cnpq.br/3108999053034006>

“Ação de opor uma força à outra”: é assim que no primeiro dicionário da língua portuguesa, o padre Raphael Bluteau (1728, Vol. VII, p. 183) define categoricamente o verbete “resistência”. Com exemplos, logo em seguida aproxima o sentido do vocábulo, primeiro, ao exercício da justiça punitiva – “de maneira que o prendam sem resistência”; depois, à dimensão militar – “na entrada do arraial se fez uma grande resistência”. Confere mais atenção, todavia, à “resistência às Justiças”, quando suas assertivas ilustrativas se agregam às advertências acauteladas: “resistência feita ao corregedor da Corte, ferindo, tem pena de morte; ao Corregedor da Comarca, ferindo, lhe é decepada uma mão”. Arremata sublinhando que “resistência é não consentir ao Oficial de Justiça entrar em sua casa a fazer a penhora”.

Na prática, o fato é que um repertório de palavras – revolta, sedição, motim, alteração, sublevações, tumultos etc. – designava a ideia de resistir. Termo polissêmico, “resistência” poderia ser valorada como ação de espectro reprovável ou, ao reverso, como ação necessária ou mesmo virtuosa. Evocava-se assim, a virtude ou “obrigação de revolta” da nobreza, o “primeiro tribunal”, caso o rei assumisse deliberadamente uma postura que infringisse a conservação da monarquia (Jouana, 1989; Dores Costa, 2004). Noutra diedro, em contraposição à noção de desordem, basta lembrar a resistência às tentações dos vícios e ao pecado, tão comuns na oratória de religiosos, ou mesmo a resistência que Cristo empreendeu contra as legiões demoníacas no deserto, como ressaltou o padre Antônio Vieira em uma de suas obras mais importantes, a *Chave dos Profetas*, um tratado teológico-político e filosófico.

Acerca da temática da resistência, Mafalda Soares da Cunha, professora da Universidade de Évora, coordenou o trabalho de trinta e cinco especialistas que se debruçaram sobre cinquenta episódios que denotam resistência, ativa ou passiva, no império luso. O efeito é uma coletânea de cinquenta capítulos curtos, intitulada *Resistências: insubmissão e revolta no império português*, publicada em setembro de 2021, em Lisboa.

Como explica a nota introdutória da coordenadora, o livro é um dos resultados do projeto “*Resistance: Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th centuries*”, financiado por um projeto internacional de investigação provisionado pela European Union’s Horizon (2020). O projeto conta com uma equipe de mais de cem pesquisadores, vinculados a instituições universitárias europeias e extra europeias.

Em alguma medida, os objetivos da obra se confundem com os do próprio projeto: “investigar, produzir e disseminar conhecimento sobre as formas de resistência protagonizadas por pessoas discriminadas em função de seu gênero, religião, etnia, raça ou nível de riqueza” (p. 10). A partir do binômio “resistência” e “diversidade”, a pergunta de fundo que colmata a coletânea é “como é que a resistência desses indivíduos influenciou nos processos de transformação social?” (p. 11).

Ainda segundo Soares da Cunha, a resistência é compreendida de um modo deveras

alargado e incluiu não apenas as revoltas propriamente tipificadas, mas também as mais diversas formas de perturbação às ordens estabelecidas. Nessa senda, incluem-se as resistências passivas, como a deserção; a fuga aos impostos e à escravização; o contrabando; as maledicências, rumores e murmúrios; o concubinato; e a prática e conservação de memórias identitárias, como os idiomas originários, cerimônias religiosas e rituais.

Outro aspecto relevante desvelado pela obra é que nem sempre as resistências eram protagonizadas por grupos subalternizados, mas também por aqueles que disfrutavam de determinadas posições políticas relevantes: dispo de acesso à circulação de informações, eram capazes de mobilizar redes de clientela e até jurisdições para obter as intervenções políticas que almejavam.

O livro oferece ainda uma reflexão sobre a cartografia da resistência, já que os episódios selecionados se distribuem por muitas localidades do reino e por centros e franjas dos continentes do império. Há capítulos dedicados a alterações mais conhecidas, muito embora interpretadas à luz das revisões historiográficas recentes, como as alterações da década de 1630 contra Felipe IV, bem como outros dedicados a revoltas praticamente ignoradas até então pela historiografia, como as petições protocolizadas pelos pescadores de Alagoas entre 1655 e 1766 contra o uso das redes de arrasto na pesca. Há resistências na cidade, no campo, em vilas indígenas, em navios, quartéis e edificações religiosas. A pluralidade de espaços, contextos, agentes e motivações envolvidas assevera uma espécie de tensão constante no universo da monarquia portuguesa, malgrado a teoria político-jurídica da época insistisse nas acepções de harmonia, ordem, conservação e tradição (Hespanha, 2016; Pujol, 2016, p. 121-187; Schaub, 2017).

Com envergadura analítica de extensa temporalidade, de cerca de trezentos e cinquenta anos, a leitura da coletânea demonstra como é falsa a noção de que houve uma certa progressão dos movimentos políticos e sociais em direção a um ideário liberal. Sem qualquer vício teleológico, evidencia-se, ao reverso, que as motivações que ensejavam tais movimentos eram dispersas e plurais, bem como por distintas vezes seu caráter assumia uma faceta conservadora ou mesmo reativa às possibilidades de transformação proposta pelas autoridades.

Como elenca a coordenadora, essas histórias proporcionam o aparecimento de incontáveis personagens até então anônimos, pertencentes a grupos subalternizados, como cristãos-novos, muçulmanos, judeus, mouriscos, apóstatas, mulheres, indígenas, africanos, asiáticos, escravizados, mineradores, pescadores, soldados, artesãos e moradores do campo.

Em suma, o projeto *Resistance* e essa obra decorrente aportam uma série relevante de questões formuladas e a formular, além de respostas já delineadas à historiografia da resistência. De modo bastante original, os episódios narrados permitem uma reflexão de cariz comparativo, valiosa para a compreensão das dimensões político-jurídica e social do império luso. É possível deslindar e inquirir discursos de sedição, a recorrência de determinados padrões vocabulares que conformaram uma certa gramática corrente, matrizes de pensamento filosófico-jurídico, sua operacionalização e seus modos de difusão e recepção.

Assim, em que pese o livro não tenha uma conclusão ou balanço peremptório, uma análise de conjunto dos capítulos concita o leitor a reflexionar questões diversas, em que se inscreve uma complexidade incontornável. Por exemplo, qual a influência do ideário e do vocabulário jusnaturalista na justificação dessas revoltas? (Loureiro, 2020). Como o léxico político se conservava, em que pese o avanço dos séculos? (Vilalta, 2000, p. 63-65; Basile, Carvalho; Bastos, 2016). Seria possível parametrizar uma hierarquia das revoltas no império luso? Sua escala indiciária poderia se subsumir ao estatuto dos territórios em que se desenrola a revolta ou à categoria social daqueles que se revoltaram? Há revoltas cuja natureza seja mais admissível pela coroa ou, noutra formulação, existem condições que a constrem a uma atuação mais permissiva? Como esse caráter permissivo dialoga com uma filosofia de matriz estoicista, em efervescência a partir do final do século XVI? (Martínez, 2016). Até que limite a densidade das representações políticas foi capaz de dissuadir processos efetivos de resistência ativa? Como determinadas revoltas se articulam, impactam resistências alheias e contam com uma tecnologia de difusão, a ponto de se delimitar uma conjuntura insurgente? (Figueiredo, 2022). Que relações puderam existir entre as diversas formas de resistência e a politização dos espaços coletivos? Como as revoltas ratificam ou fragilizam os pactos entre os grupos e agentes locais e entre eles e a coroa? Qual o papel das elites nas revoltas e qual o peso das revoltas de elites? Em suma, qual o lugar das resistências e das revoltas na cultura política do Antigo Regime português?

É mister reconhecer, entretanto, que a diversidade das revoltas perscrutadas e sua complexidade inerente obstaculizam mesmo páginas perfeitamente concludentes e taxativas. Seja como for, essas e outras questões perpassam a obra “Resistências” e nela encontram respostas diferentes, a variar pela perspectiva das conjunturas em análise, pela vinculação social dos agentes envolvidos, pela disponibilidade de fontes coevas e até pelo enquadramento teórico mobilizado pelos autores partícipes da coletânea. “Resistências”, sem paradoxo, constitui excelente oportunidade para perceber o lugar das resistências e revoltas na cultura política do Antigo Regime português, como resvalaram nas condições intrínsecas à mobilização militar, nas possibilidades de transformação social, nas práticas da justiça, governação e modulação de imaginários políticos.

Referências

BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia. Pelo povo, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência. In: MAGALHÃES, Aline; MARINS, Álvaro; BEZETTA, Rafael Zamorra (Org.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, arquitetônico, etc.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 Vols.

DORES COSTA, Fernando. *A Guerra da Restauração. 1641-1668.* Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. Governadores governados: um breve panorama das lutas políticas no contexto atlântico (1635-1689). In: VILAÇA, Fabiano; RODRIGUES, José Damião; NEVES, Lúcia Maria Bastos (Org.). *Revoltas no mundo atlântico: identidades, conflitos e protestos (séculos XVII-XIX).* Rio de Janeiro: ContraCapa; FAPERJ, 2022.

HESPANHA, António Manuel. Fazer um império com palavras. In: XAVIER, Ângela Barreto; NOGUEIRA DA SILVA, Cristina (Org.). *O Governo dos Outros: poder e diferença no Império Português.* Lisboa: ICS, 2016.

JOUANNA, Arlette. *Le devoir de Révolte.* La noblesse française et la gestation de l'Etat moderne (1559-1661). Paris: Fayard, 1989.

LOUREIRO, Marcello. Se armam os direitos contra aquele que desarma as leis: formulação discursiva do direito de resistência e circulação de saberes político-jurídicos na conjuntura crítica do pós-Restauração (1640-1668). *Revista de História, USP*, v. 179, p. 1-29, 2020.

MARTÍNEZ, Adolfo Carrasco. El estoicismo en la cultura política europea, 1570-1650. In: RODRÍGUEZ, Antonio Cabeza; MARTÍNEZ, Adolfo Carrasco (Org.). *Saber y gobierno.* Ideas y práctica del poder en la monarquía de España (siglo XVII). Madrid: Actas, 2013.

PUJOL, Xavier Gil. *La fábrica de la monarquía.* Traza y conservación de la monarquía de España de los reyes católicos y los Austrias. Madrid: Real Academia de Historia, 2016.

SCHAUB, Jean-Frédéric. Como descrever uma modernidade política pré-moderna? In: PARDOS, J. A.; *et al.* (Org.) *Historia en fragmentos.* Estudios en homenaje a Pablo Fernández Albaladejo. Madrid: UAM, 2017.

SOARES DA CUNHA, Mafalda (Org.). *Resistências: insubmissão e revolta no Império português.* Lisboa: Casa das Letras; LeYa, 2021.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o Império Luso-Brasileiro e os Brasis.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.